

A ELITE BUROCRÁTICA JAPONESA NO PÓS-GUERRA: UMA (LONGA) SOBREVIDA

Elvino José Barbosa

RESUMO: Este artigo discute rapidamente alguns aspectos da elite burocrática japonesa no pós-guerra como base para se entender o gerenciamento da economia àquela época. Consideramos que para se entender melhor o direcionamento dado à questão da política industrial japonesa no pós-guerra é fundamental investigar como essa elite foi criada e formada, além da necessidade de se deter a algumas de suas características.

ABSTRACT: This article shows briefly some characteristics about Japanese bureaucracy after Second World War as a fundamental base to understand the management of the Economy at that time. We believe that in order to understand the orientation given to the Japanese industrial policy after war, it is a key stone to investigate how the Japanese bureaucracy was framed, formed besides looking carefully at its special characteristics.

PALAVRAS-CHAVE: burocracia, política industrial, governo.

KEYWORDS: bureaucracy, industrial policy, government.

1. A Propósito do Termo Elite Burocrática

O estudioso das relações econômicas no caso japonês deparará, desde o começo, com uma intrínseca relação envolvendo governo, políticos e setores econômicos, relação essa que não se constitui em fato recente, ainda que se tenha verificado um fortalecimento no pós-guerra, e que já se tornou solo fértil para a elaboração e divulgação de muitos trabalhos de inúmeros estudiosos sobre o Japão. Tal fato levou alguns autores a criarem

denominações, bem-sucedidas ou não, a fim de tornarem mais inteligíveis, em termos ocidentais, essas relações; assim surgiram denominações como *web society*, *Japan, Inc.*, *society of web connections*, *bureaucratic industrial complex* etc. e outros termos mostrando, inclusive, o quanto é difícil de se definir o que é público e o que é privado no cenário político-econômico japonês.

Se, por um lado, antes da Segunda Guerra Mundial, o estabelecimento entre a área pública e a área privada era compulsória, no sentido legal da palavra, após a Segunda Guerra Mundial esse estreitamento deixou de ser imposto legalmente mas acabou se tornando imposto na prática, à medida que se conferia favores e privilégios àqueles que colaborassem seguindo a orientação do Estado, no caso da economia, a sua política industrial.

Entre a posição, menos autoritária do pós-guerra, do governo e a sociedade civil, havia uma lacuna que não poderia deixar de ser ocupada por instituições capazes de servirem de interface entre as esferas de poder e que pudesse intermediar os possíveis conflitos, as aspirações nacionais, a formação de uma política industrial etc.

Para tanto, dentre outras transformações, foi imposto ao Japão uma organização política seguindo os moldes ocidentais, ou seja, um governo assentado em um parlamento, eleições diretas para os representantes do povo, uma organização em ministérios etc.

Tanto por uma necessidade de intermediadora como por uma necessidade organizacional, abriu-se espaço para uma burocracia que fosse a um só tempo competente, a ponto de administrar e de recuperar as funções governamentais do país, e que fosse não politizada a ponto de garantir a transição democrática imposta e de interesse externo.

Por orientação das Forças de Ocupação, a burocracia dos ministérios econômicos (Ministério das Finanças, Ministério da Indústria e Comércio Internacional, Ministério da Agricultura, Ministério dos Transportes e Ministério da Construção)¹ ganha espaço e poder, que se ampliam e se acentuam com o crescimento econômico do Estado, satisfazendo, assim, suas antigas reivindicações e cessando antiga disputa entre a área econômica e a área militar.

Além disso, devido a heranças culturais e políticas, o Japão do pós-guerra não contava com um legado *laissez-faire*, antes, desde bem cedo em sua história, havia ainda uma tradição paternalista governamental através da liderança e assistência patrocinadas pelo Estado. Havia, assim, um aceite da sociedade civil, ainda que essa mesma sociedade guardasse com mágoas os efeitos da guerra, efeitos esses atribuídos à má administração burocrática do governo. Nesse sentido, faz-se oportuno citar o editorial da revista *Chûôkôron* de agosto de 1947, onde os editores escrevem que:

O problema da burocracia nas condições presentes é complexo e ao mesmo tempo paradoxal. Por um lado, a responsabilidade pela guerra deve claramente ser atribuída à burocracia, bem como aos militares e aos *zaibatsu*² Desde o deflagrar da guerra, durante o seu desenrolar e

1. Chalmers Johnson (1982), *MITI and The Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*, Stanford Califórnia, Stanford University Press, p. 63.
2. Forma de organização industrial predominante no Japão até a guerra de 1945. Compreendia um conjunto de empresas organizadas e administradas por uma matriz (*honsha*) de controle geralmente familiar; como principais exemplos temos Sumitomo, Mitsubishi e Mitsui.

até o seu final, sabemos que a influência da burocracia era grande e má. Muitas pessoas já têm condenado os burocratas pelas suas responsabilidades e pelos seus pecados. Por outro lado, devido às circunstâncias presentes de derrota, é possível de se retornar a uma economia onde possa imperar o princípio do *laissez-faire*, dado que todos os aspectos da vida econômica requerem uma expansão da atividade de planejamento e controle levando as funções e significância da burocracia a se expandirem com a passagem de cada dia. Não é possível de se imaginar a dissolução da burocracia à semelhança da dissolução dos militares ou dos *zaibatsu*, uma vez que a burocracia, como uma concentração de técnicos, deve crescer conforme a expansão dos setores administrativos e se tornar um grupo mais complexo³.

Favorecendo a expansão do poder da burocracia econômica, houve a insistência por parte das Forças de Ocupação em colocar somente nas mãos do governo o poder econômico até então dividido com os *zaibatsu*, além da destruição desses últimos.

Tendo garantida a sua participação, a burocracia econômica do pós-guerra trouxe consigo uma série de valores e características capazes de a tornarem uma elite; muitas de suas práticas e expedientes passaram incólumes pelo período de guerra, período que acabou, inclusive, afetando-a muito pouco.

Já no início da Era Meiji (1868-1912) o governo tomou a decisão de selecionar os funcionários estatais através da adoção de um sistema baseado em exames competitivos. Acerca desse ponto escreve Robert M. Spaulding:

A exigência de uma rigorosa verificação de formação superior forneceu ao serviço público um contínuo, porém controlado, ingresso de jovens com provada capacidade intelectual. Substituindo [*status* de] classes, laços regionais e familiares por educação como requisito indispensável de acesso à elite, tornou o recrutamento muito mais impessoal do que em qualquer outra época anterior e menos vulnerável a favoritismos e à corrupção⁴

E para completar e assegurar uma boa formação acadêmica, o governo Meiji estimulou o ensino universitário, destacando-se a criação da Universidade de Tóquio (conhecida até hoje por *Tôdai*)⁵ Os formandos dessa universidade passaram a dominar os melhores postos do governo, pois eram treinados para tal fim, o que os possibilitavam a superar os difíceis e acirrados exames de admissão aos altos postos da carreira pública.

Por serem detentores de conhecimento altamente especializado e orientado às causas de âmbito nacional, como a economia e a política, esses formandos também acabaram por deter altos postos na esfera privada, mesmo porque não havia espaço suficiente para abrigar todos no governo. Mesmo dentro dessa elite universitária destacava-se um grupo especial, predominante e detentor dos melhores e mais impor-

3. “Kanryô o dô-suru” (“What about bureaucracy?”), *Chûôkôron*, agosto, 1947, p. 3. In: Chalmers Johnson (1982), *op. cit.*, p. 44.

4. Robert M. Spaulding, “Imperial Japan’s Higher Civil Service Examinations”. Princeton (N. J.), Princeton University Press, 1967. In: Nobutaka Ike (1972), *Japanese Politics: Patron Client Democracy*. New York, Alfred A. Knopf, 2ª ed., p. 67.

5. Em língua japonesa: *Tô de Tôkyô e dai de daigaku* (universidade).

tantes postos dentro da burocracia governamental: o grupo dos estudantes do curso de direito da *Tôdai*, conforme cita Johnson:

Os grupos de universitários são inseparáveis da vida burocrática, porque seus sucessos na vida universitária e seus sucessos em superar o *Higher-level Public Officials Examinations* é o distintivo que os coloca em destaque com relação às demais elites sociais⁶

Na passagem do período Tokugawa (ou Edo (1603-1868)) à era Meiji houve a substituição, então, de um sistema de indicação e de nomeação para um sistema baseado em méritos, ou, em outros termos, passou-se de um regime aristocrático para um regime meritocrático, mas persistiu uma forte estrutura hierárquica que continuou permeando toda a sociedade. Essas e outras instituições fizeram-se presente mesmo no pós-guerra, conforme ressalta Nobutaka Ike:

Antes da guerra, os servidores públicos deviam sua lealdade e obediência ao imperador. Cada oficial era, na teoria, investido com um segmento da autoridade imperial de acordo com sua posição na hierarquia. No seu treinamento e doutrinação, os oficiais não eram estimulados e nem orientados a reconhecerem a si mesmos como servidores públicos⁷

A Constituição de 1947 procurou mudar essa relação ao declarar que: “Todos os servidores públicos são servidores de toda a comunidade [...]”⁸.

Nobutaka Ike ainda acrescenta que:

[...] a noção de que o burocrata é um “servidor público” é ainda, de certo modo, algo estranho à mentalidade japonesa.

Quando um indivíduo se torna um oficial, ele alcançou, de acordo com a escala vigente de valores, *status* e prestígio, e tende a mostrar isso.

[...] a média dos cidadãos considera ser mais conveniente se curvar acentuadamente e assumir um semblante de humildade quando se aproximam de oficiais⁹.

Ainda decorrente da estrutura hierárquica, os relacionamentos entre os escalões – entre seniores (*senpai*) e juniores (*kôhai*) –, o rigoroso sistema de promoções baseado em rígido sistema de senioridade, o sistema de aposentadoria etc. acabavam gerando noções de respeito pela hierarquia (*nenji senchô*), respeito pelos anos de carreira de cada membro (*nenkô jôretsu*), do sentimento de dever/lealdade dentro do grupo (*giri*), da reciprocidade (*sôgo kankei*), de relações humanas (*ninjô*) e de uma noção de harmonia (*wa*) para com o grupo, tudo levando cada burocrata a defender com todas as forças o seu departamento, o seu ministério. Essa combinação de tradição e circunstâncias acabou produzindo uma intensa consciência territorial (*nemawashi ishiki*) no pós-guerra, um sistema que, acima de tudo, contava com os melhores e mais talentosos, sistema

6. Chalmers Johnson (1982), *op. cit.*, p. 57.

7. Nobutaka Ike (1972), *Japanese Politics: Patron Client Femocracy*, *op. cit.*, p. 68.

8. *Idem.*

9. *Idem.*

consagrado pelo processo de seleção. Tudo levou a desenvolver no burocrata um código de comportamento e de ética (*kanriôdô*) semelhante ao código de ética e de comportamento dos samurais do passado (*bushidô*)¹⁰

Já no início do processo de seleção, o aspirante a um alto cargo público, geralmente carreira ministerial, deve optar em se tornar um oficial classe A (*kô*) ou um oficial classe B (*ôtsu*).

Oficiais classe A compreendem os oficiais administrativos ou generalistas (*jiimukan*) e os oficiais classe B, os oficiais técnicos ou especialistas (*gikan*); os oficiais classe A podem chegar até o posto de vice-ministro administrativo, o mais alto grau e mais importante posto hierárquico dentro de cada ministério e os oficiais B, por sua vez, só podem chegar até o posto de chefe de seção.

Uma vez dentro do ministério, notadamente os ministérios da área econômica, principalmente no caso do Ministério das Finanças (MOF) e no Ministério da Indústria e Comércio Internacional (MICI), os burocratas classe A passam por rigoroso e intenso processo de formação, o que se assemelha ao processo de doutrinação citado por Nobutaka Ike, acima, na Era Meiji, incluindo especialização no exterior e passagem por diversas seções e departamentos, mudando a cada um ou dois anos, processo conhecido por *sotomawari*¹¹. Estando sob esse processo de formação e superando-os, diz-se que o burocrata está no curso de elite (*erîto kôsu*). A respeito dos oficiais classe A escreve Aoki:

[...] os burocratas que formam a elite burocrática iniciam suas carreiras ao serem aprovados no exame classe A [...]. O Ministério das Finanças (MOF) normalmente seleciona os melhores e mais talentosos, seguido pelo Ministério da Indústria e Comércio Internacional (MICI). Os burocratas de elite que são referidos como qualificados à carreira, ao *team* (*gumi*) [...] normalmente permanecem no ministério até a aposentadoria, exceto quando ocorre transferências temporárias (*shukko*) para outros ministérios [...]. Entretanto, eles participam regularmente de transferências rotativas, passando por vários departamentos e seções dentro do ministério durante suas carreiras¹²

O alto *status* social do burocrata do pós-guerra liga-o ao alto prestígio desfrutado pelos samurais no passado, e o seu alto poder de decisão, de influência e de coerção liga-o ao burocrata do pré-guerra. Henderson considera que *mais do que a regra da lei o que prevalece [no pós-guerra] é a regra do burocrata*¹³.

Para completar todo esse quadro, não se pode deixar de mencionar o aspecto do legado cultural, além do aspecto histórico. Conforme cita Donald C. Hellmann:

10. B. Kanayama, "Seiki no okite, kanryôdô no kenkyû" ("Rules of the sacred precincts: research on the way of the bureaucracy"). *Chûô kôron* (julho, 1978). In: Chalmers Johnson (1982), *op. cit.*, pp. 39-40.
11. O dicionário japonês-inglês *Kenkyusha's New Japanese-English Dictionary* assim define essa palavra: "circunferência; periferia" Ver: Koh Masuda (ed.), *Kenkyusha's New Japanese-English Dictionary*. Tóquio, 4ª ed., p. 1659.
12. M. Aoki (1988), "The Japanese bureaucracy in economic administration: a rational regulator or pluralist agent?" In: J. B. Shoven (ed.), *Government policy towards industry in the United States and Japan*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 269.
13. D. F. Henderson, *Foreign Enterprise in Japan: Laws and Policies*, Tokyo, Tuttle, 1975, p. 195.

O Japão é uma democracia elitista [...]. O que é distintivo a respeito da democracia elitista no Japão é a sua profunda raiz histórico-cultural e a sua peculiar e efetiva teia de relações – pessoal, econômica, legal, social, política e cultural – que determina o acesso à elite, define as relações entre seus membros e regula as interações sociais¹⁴

2. A Permanência da Elite Burocrática no Pós-Guerra

A elite burocrática foi uma das instituições japonesas que saiu quase ilesa do período de guerra.

Devido a essa ligação, a elite burocrática japonesa teve papel fundamental na condução da política industrial do pós-guerra dado que:

Trabalhando junto com os políticos, tinha acesso aos poderes legislativo e executivo, além de participar diretamente da administração pública;

No pós-guerra, e justamente por ter saído quase ilesa, ficou encarregada da formulação da política econômica nacional e, por extensão de seu poder, da política industrial.

A partir do instante em que só ela reunia os melhores técnicos na execução da política administrativa, da coleta, da análise e processamento de dados, seu poder aumentou imensamente passando a influir no setor privado que passou a ser um dependente direto e ávido por informação e conhecimento técnicos.

Diante do aumento de poder, a elite burocrática passou a ter autoridade regulatória para decretar sanções, licenças, orientação econômica (*administrative guidance* (*gyōsei shidō*)) sobre todos os setores, decidir o que era prioritário etc.

Passou, através do Ministério das Finanças (*Ōkurashō*), a decidir o orçamento anual, bem como decretar as medidas e normas necessárias à implantação desse orçamento e à execução de sua política econômica, notadamente com relação à política industrial desencadeada pelo Ministério do Comércio e Indústria Internacional (MICI)¹⁵.

As Forças de Ocupação, na sua tentativa de democratizar o Japão, acabaram prestando dois grandes favores à elite burocrática japonesa:

- Por um lado, o *red purge*, que compreendia o afastamento e mesmo prisão de muitos oficiais do regime militar, acabou tornando a elite burocrática um grupo mais coeso: na verdade, ela foi o grupo menos afetado, estimando-se que, por exemplo, apenas 42 altos oficiais burocratas do MICI tenham sido afastados de seus postos e somente 9 altos oficiais burocratas do MOF. Ou ainda, dos 1.800 oficiais expulsos, a grande maioria, 70%, eram políticos e oficiais militares de outros ministérios, como o Ministério da Casa Civil¹⁶.

14. D. C. Hellmann (1988), “Japanese politics and foreign policy: elitist democracy within an American greenhouse” In: Takashi Inoguchi; Daniel I. Okimoto (1988), *The Political Economy of Japan: The Changing International Context*, Stanford, Stanford University Press, (2), p. 347.

15. Esse ministério foi criado em 1949; é o sucessor direto do Ministério das Munições do período de guerra.

16. Chalmers Johnson (1982), *op. cit.*, pp. 44-46.

Por outro lado, a Ocupação criou o ambiente propício para a hegemonia burocrática ao afastar do poder os militares e os poderosos grupos econômicos (*zaibatsu*) que constituíam os dois maiores entraves à expansão e poder da burocracia.

Com o rompimento da economia de guerra e expulsão dos políticos perigosos do poder, a elite burocrática foi convocada a assessorar um parlamento constituído por políticos que não apresentavam quaisquer conhecimentos técnicos. Para completar esse quadro, o programa de desconcentração econômica proposto pelas Forças de Ocupação foi abandonado logo em seguida, o *U-turn*, em 1949, e não mais parecia que a estrutura industrial havia sido fundamentalmente alterada¹⁷. A grande mudança na orientação da política das Forças de Ocupação (*U-turn*) foi incentivada pela explosão do comunismo na China, a partir de 1949, e, logo em seguida, pela deflagração da Guerra da Coréia no começo dos anos 50.

Essa coesão e continuidade verificadas na elite burocrática permitiu resgatar, ampliar e pôr em prática várias das seculares instituições sociais e culturais japonesas, notadamente, as concepções de harmonia (*wa*), fidelidade (*giri*) e muitos outros preceitos de difícil tradução e interpretação segundo os padrões e concepções ocidentais. Esses valores e concepções se enraizaram e se constituíram na base de sustentação para a recuperação político-econômica. Notadamente no caso da elite burocrática, cada ministério era visto como uma grande corporação, lembrando bem de perto uma grande família, permitindo não somente estreitas relações entre seus membros, mas também com outros ministérios, com os partidos políticos e com o setor privado. Essa grande família facilitava a formação do consenso, tão fundamental para a recuperação econômica do pós-guerra.

3. O Triângulo de Ferro

O quadro do pós-guerra colocava os partidos políticos, a elite burocrática e os grupos de pressão sob uma forma de interação triangular de organização de interesses. Essa *Triangular League*¹⁸ era totalmente benéfica à elite burocrática pois lhe permitia expandir sua jurisdição sobre os mais diversos setores econômicos através do controle e tutelação dos grupos de pressão, controlando suas reivindicações. Tendo-os sob controle, a elite burocrática podia manipular e decidir as prioridades orçamentárias e impor sua política industrial, pois podia controlar e contornar as resistências políticas, dado que tanto os partidos conservadores, representantes da grande maioria do parlamento (DIETA), quanto o setor privado já eram plenamente favoráveis ao desenvolvimento industrial.

Os partidos políticos estavam na dependência e controle da elite burocrática e a posição dos partidos passava a ser de um equidistanciamento entre ser ofensivo em

17. Robert A. Scalapino e Junnosuke Masumi (1962), *Parties Politics in Contemporary Japan*, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, p. 65.

18. Fukuji Taguchi (1968), "Pressure Groups in Japanese Politics", *The Developing Economies*, Tokyo, Institute of Developing Economies, 4 (VI), Dezembro.

relação à elite burocrática, para não perdê-la de vista e ser completamente sufocado por ela, e ser defensivo em relação aos grupos de pressão locais, representados dentro dos partidos pelas facções (*zoku*); a elite burocrática, por seu lado, era ofensiva em relação aos grupos de pressão e defensiva em relação aos partidos políticos; os grupos de pressão eram ofensivos em relação aos partidos políticos e defensivos em relação à elite burocrática.

4. *A Elite Burocrática, o MICI e a Política Industrial*

Pode-se detectar a presença e influência da elite burocrática através de duas principais vias, a saber:

Presença Política: Em adição ao fato de ter sido o grupo menos afetado pelos efeitos da guerra e por ter sido o grupo mais favorecido pelas transformações impostas pelas Forças de Ocupação, a elite burocrática japonesa pôde, passo a passo, contar com a volta dos seus membros considerados perigosos e que haviam sido expulsos dos seus postos com a derrota da guerra. A principal via de retorno e que reconduziu esses burocratas de volta ao poder foi a realização de eleições gerais iniciadas já em 1946. A seqüência de eleições verificadas nos anos que se seguiram à derrota da guerra fazia parte da estratégia da Ocupação no intuito de democratizar o acesso à política e à sociedade japonesa, buscando o que considerava uma melhor estrutura de representatividade do povo. Dadas as ligações e disputas pelo poder já existentes entre a elite burocrática e as elites partidárias conservadoras no período anterior à guerra, era natural que com o enfraquecimento das últimas a primeira viesse a assumir parte do controle dos partidos, como de fato ocorreu.

Participação nos Ministérios: Ao MICI cabia a orientação e a responsabilidade de incentivar os investimentos das empresas em expansão e resgatar gradativamente as empresas menos eficientes. Esse ministério constituía a ligação entre governo e setor privado, mecanismo através do qual o governo podia implantar a sua política industrial. Era o responsável pela estruturação da indústria, tomando as devidas e necessárias decisões, direcionando os investimentos para as indústrias específicas; administrava a distribuição da produção, gerenciava as relações comerciais do Japão com o exterior, controlava o fornecimento de matérias-primas e de energia etc. Os oficiais desse ministério pregavam abertamente a racionalização e cartelização da indústria segundo os interesses do governo. Nesse sentido, a Lei Antimonopólio (1947) foi sendo gradativamente enfraquecida, com as indústrias passando para a orientação (*gyôsei shidô*) do governo.

Essas ligações associadas a outros expedientes como a formação de grupos nas empresas, nos partidos políticos, nos ministérios, o processo de *amakudari*¹⁹ tudo permitia à elite burocrática sua manutenção no poder.

19. “Descendente do céu”: Processo em que um alto funcionário ministerial era convidado a assumir altos postos em empresas ou bancos quando da sua aposentadoria no órgão estatal.

E para completar toda essa rede de comunicação sequiosa em obter uma formação permanente e um *esprit de corps* nos altos escalões do governo junto ao setor privado, seria fundamental que os chefes de gabinetes espelhassem toda essa estrutura e que também tivessem sido consequência e/ou fruto dela. Assim, além de ser fruto de um grupo seletivo e pertencer praticamente a um mesmo *batsu* ou a uma mesma facção (*zoku*) no caso dos partidos políticos, era necessário que esses chefes de gabinetes e altos oficiais, em geral, dessem o exemplo, sendo eles próprios burocratas de carreira e tendo passado pelas mesmas agruras dos períodos pré e pós-guerra, como, por exemplo, o fato de terem sido vítimas do processo de expurgo imposto pelas Forças de Ocupação.

Conclusão

A adoção de uma elite burocrática bem orientada e treinada para conduzir, gerenciar e governar um país não é um fato unicamente pertencente ao caso japonês, obviamente. Mas, estudando os fatos que se seguiram após 1945, podemos detectar uma série de expedientes que se não pertencem somente ao caso japonês, pelo menos podemos dizer que, nesse caso, se reveste de grandes particularidades decorrentes, acreditamos, da cultura, da história e da forma social japonesa, todos esses elementos com sólidas raízes numa tradição que remonta a séculos de formação e transmissão.

Outro fato a ser lembrado é que o período do pós-guerra foi muito conturbado em vários sentidos, destacando-se a penúria econômica seguida da desorganização do mercado e, em parte, da sociedade. Nesse cenário, era muito difícil, pelo menos no curto prazo, esperar que o Japão pudesse dar uma resposta diferente a essa situação extremamente difícil sem recorrer a instrumentos anteriormente postos em prática, ainda mais num país em que a tradição, em todos os sentidos, é elemento tão cultivado e valorizado.

Esse solo fértil associado a muitos outros fatos, parte deles aqui abordados, formou um substrato e uma condição mais do que favorável para a volta ou mesmo permanência da elite burocrática japonesa no poder. Outro fato a ser destacado, conforme visto acima, as próprias transformações políticas ocorridas na Ásia também contribuíram para que a burocracia japonesa tivesse uma rápida recuperação seguida de uma longa sobrevivência.

Será que o país mudou com a perda da guerra? A resposta é sim mas uma das grandes virtudes do Japão é justamente a combinação do passado com o presente para determinar e moldar o futuro e nesse sentido, a guerra não se constituiu em uma ruptura total e generalizada. Conforme visto, muito do praticado e experimentado no pós-guerra, em termos de governo e de política, tem sua história e razão de assim ter sido no pré-guerra e mesmo muito antes.

Bibliografia

AOKI, M. (1988). "The Japanese bureaucracy in economic administration: a rational regulator or pluralist agent?" In: SHOVEN, J. B. (ed.). *Government policy towards industry in the United States and Japan*. Cambridge. Cambridge University Press.

- HELLMANN, D. C. (1988). "Japanese politics and foreign policy: elitist democracy within an american greenhouse" In: INOBUCHI, Takashi; OKIMOTO, Daniel I. (1988). *The Political Economy of Japan: The Changing International Context*. Stanford. Stanford University Press. (2).
- HENDERSON, D. F. *Foreign Enterprise in Japan: Laws and Policies*. Tokyo. Tuttle, 1975.
- IKE, Nobutaka (1972). *Japanese Politics: Patron Client Democracy*. New York. Alfred A. Knopf. 2^a ed.
- JOHNSON, Chalmers (1982). *MITI and The Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Stanford. Stanford University Press.
- SCALAPINO, Robert A.; MASUMI, Junnosuke (1962). *Parties Politics in Contemporary Japan*. Berkeley, Los Angeles. University of California Press.
- SPAULDING, Robert M. "Imperial Japan's Higher Civil Service Examinations. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1967" In: IKE, Nobutaka (1972). *Japanese Politics: Patron Client Democracy*. New York. Alfred A. Knopf. 2^a ed.
- TAGUCHI, Fukuji (1968). "Pressure Groups in Japanese Politics" *The Developing Economies*. Institute of Developing Economies. Tokyo. 4 (VI). Dezembro.